

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2022— PMP/RN (SISTEMA DE REGISTROS DE PREÇOS-SRP) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 401,104/2022

O MUNICÍPIO DE PASSAGEM/RN, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO **MENOR PREÇO POR ITEM**, NOS TERMOS DA LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, E DO DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2021, APLICANDO-SE, SUBSIDIARIAMENTE, A LEI Nº 8.666 E DEMAIS LEGISLAÇÃO, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL. LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E 147/2014, SUBSIDIARIAMENTE, SOB AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE ATO CONVOCATÓRIO E ANEXOS.

Observação: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subseqüente, independentemente de nova comunicação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- **1. OBJETO:** A presente licitação tem como objeto o Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de água potável para consumo humano por intermédio de caminhão pipa com capacidade de no mínimo 10m^3 (dez metros cúbicos) para atender as demandas do município de Passagem/RN, conforme especificações constantes no Anexo I deste edital.
- 1.2 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:
- **Anexo I** Termo de Referência.
- **Anexo II** Modelo de Declaração Conjunta (Declaração de cumprimento das condições de Habilitação nos termos do inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02) e Declaração de empresa que se enquadra na Lei Complementar nº. 123/2006 (Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas).
- **Anexo III** Modelo de Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor (inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal).
- **Anexo IV** Modelo de apresentação de Proposta de Preços.
- **Anexo V** Modelo de Ata de Registro de Preços.
- **Anexo VI** Modelo de Declaração Assegurando a Inexistência de Impedimento Legal para Licitar ou Contratar com a Administração.
- Anexo VII Minuta do Contrato.

ANEXO VIII– MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO COM A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIRADA DO EDITAL



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

- **2.1** Este Edital e os seus anexos serão retirados junto ao pregoeiro ou equipe de apoio da Prefeitura Municipal PASSAGEM/RN, no horário das 08:00hs às 13:00hs, de segunda a sexta, como também atraves do email cplpassagemrn@gmail.com ou atraves do site http://licitafacil.tce.rn.gov.br.
- **2.2** No ato de recebimento do exemplar do edital e de seus anexos, deverá o interessado verificar o seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO E DAS CONDIÇÕES

3.1 - Poderão participar deste Pregão Presencial as empresas, do ramo de atividade compatível ao objeto ora licitado, que atendam às condições deste Edital e seus anexos, estejam devidamente credenciadas perante a Prefeitura Municipal de PASSAGEM/RN e apresentem, no dia, hora e local fixados no preâmbulo deste instrumento O Pregoeiro, os envelopes devidamente fechados e opacos contendo os caracteres da forma a seguir:

ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
Pregão Presencial Nº.012/2022- PMP/RN
Razão Social da empresa:
CNPJ/MF:
ENVELOPE Nº. 02 - HABILITAÇÃO
Pregão Presencial N°.012/2022- PMP/RN
Razão Social da empresa:
CNPJ/MF:

- **3.2** Decorrido o horário supracitado à abertura do procedimento licitatório, o Sr. Pregoeiro, a seu exclusivo critério, poderá conceder tolerância de até **05** (**cinco**) **MINUTOS** para o início da sessão. Após O Pregoeiro declarar encerrado o prazo de recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.
- **3.3** Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, bem como a subcontratação do objeto deste Edital, ficando sob a inteira responsabilidade do licitante contratado o cumprimento de todas as condições contratuais, atendendo aos requisitos técnicos e legais para esta finalidade.
- **3.4** Não poderão participar da presente licitação empresas cuja falência ou concordata tenha sido decretada, que estejam em concurso de credores, em dissolução ou em processo de liquidação ou que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou com impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de PASSAGEM/RN; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- **3.5** Todos os documentos deverão ser entregues impressos por qualquer processo, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, devendo aqueles que não forem apresentados em papel timbrado trazerem a razão social ou denominação social do emitente.
- **3.6** A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições deste Edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação deverão, de preferência, ser efetuados pelas empresas interessadas em participar do certame pelo e-mail: cplpassagemrn@gmail.comou na Sede da CPL de PASSAGEM, ATÉ O 2º (SEGUNDO) DIA ÚTIL que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste instrumento convocatório para a sessão de recebimento e abertura dos envelopes proposta de preço e habilitação.
- 3.7 A ausência de dizeres na parte externa do envelope não constituirá motivo para desclassificação da licitante que poderá regularizá-lo no ato da entrega.— Caso, eventualmente, ocorra à abertura do ENVELOPE N°. 02 (HABILITAÇÃO) antes do ENVELOPE N°. 01 (PROPOSTA DE PREÇO),



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

por equívoco, será novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

CLÁUSULA QUARTA - DO CREDENCIAMENTO

- **4.1** A partir das **07:30** hs do dia marcado para abertura da Sessão Pública, no dia **16 de Maio de 2022**, na presença do Pregoeiro e equipe de apoio, com portaria N° 001-06/JAN/2022-GP, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 02 de fevereiro de 2022, a licitante poderá se apresentar para credenciamento por um representante legal. **Para tanto, será OBRIGATÓRIA a apresentação de CÓPIA dos seguintes documentos:**
- a) CARTEIRA DE IDENTIDADE ou outro documento equivalente, do procurador e dos sócios titulares da empresa. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares; pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; órgãos fiscalizadores de exercício de profissão (Ordens, Conselhos, etc); Passaporte (ainda válido), certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valem como identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).
- b) PROCURAÇÃO ou documento que COMPROVE OS NECESSÁRIOS PODERES PARA PRATICAR TODOS OS ATOS PERTINENTES AO CERTAME, em nome da proponente. NO CASO DE PROPRIETÁRIO, SÓCIO-ADMINISTRADOR, DIRIGENTE OU ASSEMELHADO DA EMPRESA PROPONENTE, é suficiente a apresentação da cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou documento equivalente), no qual deverá constar os poderes necessários para exercerem direitos e assumirem obrigações em decorrência de tal investidura juntamente com o documento de identidade. Se o representante for sócio não detentor de poderes para, isoladamente, formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração, conforme dispuser o instrumento de constituição da empresa, deverão outorgar-lhes os poderes necessários. Caso a procuração seja particular devera ter a firma reconhecida em cartório ou por servidor publico do municipio desde que apresente o documento de identidade original para confrontamento das assinaturas, conforme disposto na Lei 13.726/2018.
- c) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO ou CONTRATO SOCIAL em vigor e demais alterações; ou ato constitutivo consolidado e aditivo(s) posterior(es), devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais. No caso de Sociedades por Ações, além dos documentos já citados, acompanhado dos documentos de eleições de seus administradores e sua devida publicação na imprensa oficial.
- d) **DECLARAÇÃO** dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme **MODELO DO ANEXO II**.
- e) Documento de identificação dos sócios, com foto.
- f) Além dos documentos exigidos acima, a licitante que for MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL MEI, consoante os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº. 123/06 comprovará esta condição por meio de declaração, assinalando com "x" a opção correspondente no MODELO DO ANEXO II deste Edital.
- G.1 Encontrada alguma penalidade em desfavor da empresa, ela estará impedida de participar desta licitação.



CNPJ: 08.145.153/0001-39

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

- Caso o Contrato Social ou o Estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de quaisquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
- **4.2** Os documentos para credenciamento de que trata essa cláusula, deverão vir **FORA DOS ENVELOPES** de **PROPOSTA** e **DOCUMENTAÇÃO**, **EM ORIGINAIS OU FOTOCÓPIAS**, sendo estas autenticadas por tabelião de notas, pelo Pregoeiro ou por qualquer membro da Equipe de Apoio neste caso nos termos do item **7.2**, deste Edital. Estes documentos (originais ou cópias autenticadas) ficarão em poder do Pregoeiro e integrarão o processo de licitação.
- **4.3** A falta de apresentação ou a apresentação dos documentos de credenciamento em desacordo com esta cláusula ou a ausência do representante, impedirá a licitante de participar dos lances verbais, da negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, valendo, contudo, para todos os efeitos, os termos de sua proposta escrita; salvo apresentação de documento de credenciamento válido no transcorrer da sessão, que habilitará o representante para os atos posteriores a entrega desse documento.
- **4.4** O representante inicialmente credenciado poderá ser substituído por outro também devidamente credenciado.
- **4.5** A empresa licitante que participe do certame será permitido o credenciamento de apenas um representante legal sendo vedada à participação de qualquer pessoa representando mais de um licitante, salvo na hipótese de que tais licitantes não estejam concorrendo para os mesmos itens do certame.
- **4.6** Concluído o credenciamento dos representantes, será assinada a **LISTA DE PRESENÇA** com a identificação de todos os credenciados.
- **4.7** Todos os representantes das empresas deverão permanecer no local da sessão até o término dos procedimentos para assinatura da Ata Circunstanciada da Reunião.

CLÁUSULA QUINTA - DA PROPOSTA

- **5.1** A proposta deverá ser apresentada através do **ENVELOPE Nº. 01 PROPOSTA DE PREÇOS**, devidamente fechado, preenchendo os seguintes requisitos:
- a) Ser impressa em **01** (**UMA**) **VIA**, numerada, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, conter a identificação da empresa, endereço, telefone, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ/MF, rubricadas todas as folhas, datada e assinada à última pelo representante legal.
- b) Especificação detalhada do objeto, com indicação da quantidade.
- c) Cotação dos preços, expressos na moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso (apenas o valor total da proposta), consoante **Anexo I Termo de Referência deste Edital**.
- **d**) Nos preços cotados deverão estar neles incluídas todas as despesas: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.
- e) Os preços deverão ser apresentados da seguinte forma: VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$), VALOR TOTAL BRUTO DA PROPOSTA (R\$), consoante modelo proposto no Anexo IV Modelo de apresentação de Proposta de Preços.
- 5.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a



CNPJ: 08.145.153/0001-39

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais ou omissões, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro.

- **5.3** Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros aritméticos e o preço global da proposta, se faltar.
- **5.4** A simples participação no certame implica em:
- a) Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão Presencial.
- **b**) Prazo de validade da proposta de **60 (SESSENTA) DIAS**, contados da data de entrega dos envelopes, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta, excluídos os prazos de recursos administrativos.
- c) Compromisso da licitante de **PRESTAR OS SERVIÇOS DE ACORDO COM AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E NO CONTRATO**, pelo valor resultante de sua proposta ou do lance que a tenha consagrado vencedora, conforme o caso.
- d) PRAZO PARA O ENTREGA DOS SERVIÇOS/PRODUTOS SERA de no MÁXIMO 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, contados a partir da data de entrega da Ordem de Serviços.
- **5.5** Os preços apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração.
- **5.6** A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura nas declarações expedidas pela própria licitante ou na proposta poderão ser supridas pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes Proposta de Preço e Habilitação com poderes para esse fim.
- **5.7** A falta do CNPJ/MF e/ou endereço completo poderá também ser preenchida de acordo com os dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope de "HABILITAÇÃO".

CLÁUSULA SEXTA - DA HABILITAÇÃO

- 6.1 Para fins de habilitação no presente certame deverá ser apresentada, através do ENVELOPE Nº.
 02 HABILITAÇÃO, obrigatoriamente, a seguinte documentação:
- 6.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:
- a) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa individual (Requerimento de Empresário).
- b) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e sua devida publicação na imprensa oficial. No caso de alterações será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver.
- c) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Documento de identificação dos sócios, com foto.
- **6.1.1.1** Caso já tenham sido apresentados no momento do credenciamento para este Pregão, os documentos relacionados nas alíneas "a" e "d" do item anterior não precisarão constar do envelope de



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

habilitação.

6.1.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação
- b) Registro ou inscrição na entidade profissional competente; CRA (Conselho Regional de Administração) de acordo com a lei Art. 30. I, 8.666/93
- c) Comprovação da licitante de possuir, em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior, reconhecido pelo CRA Conselho Regional de Administração, vedada a participação de profissional como responsável técnico de mais de uma licitante, caso em que, constatado tal fato, deverá o profissional optar por uma das licitantes, inabilitando-se as demais, sob pena de inabilitação sumária de todas as concorrentes.
- d) Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:
- d.1) O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado", cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou Contrato de Prestação dos Serviços, ou qualquer outro documento que venha a ter veracidade
- d.2) O sócio, comprovando-se a participação societária através de cópia do Contrato social e aditivos, se houver, devidamente registrado(s) na Junta Comercial.

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL expedida pelo Distribuidor da sede da Licitante com data de expedição não superior a **30** (**trinta**) **dias** da realização do certame. Ou dentro do prazo de validade da mesma.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, na forma da lei.
- C-1)A boa situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), solvência geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **com resultado igual ou superior a 1,** resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, que deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço e assinado pelo representante legal da empresa e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade:

LG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

SG =	ATIVO TOTAL
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

LC = ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE

C-3) poderá ser apresentado o balanço de abertura (devidamente registrado na junta comercial, na forma da lei) para as empresas constituídas no último exercício.

6.1.4 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **CNPJ**, expedido pela Receita Federal.
- b) Certidão de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, e **Débitos da Seguridade Social INSS**, emitida pela Secretaria da Receita Federal.
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO ESTADO e** quanto à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO** do domicílio ou sede do licitante.
- e) Certidão Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTAS CNDT**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- **f**) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO MUNICÍPIO** do domicílio ou sede do licitante.
- g) Comprovante de inscrição municipal ou estadual da empresa licitante.

6.1.5 - DECLARAÇÕES:

- a) DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADO(S) COM MENOS DE 18 (DEZOITO) ANOS em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (Anexo III).
- b) Declaração Assegurando a Inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração (Anexo VI).
- c) Declaração Assegurando a Inexistência de servidor público conforme (AnexoVIII).
- d) Declaração de Adimplência expedida pelo Setor de Finanças do município contratante, atestando que o interessado a participar do presente certame licitatório não esta declarado inidôneo por esta Administração Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ/MF e endereço respectivo, observando-se que:



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

- a) se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **7.2.** Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Equipe de Apoio ou Pregoeiro e:
- a) Serão aceitas somente cópias legíveis.
- b) Não serão aceitos os documentos cujas datas estejam ilegíveis ou rasuradas.
- c) O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que houver dúvida e/ou julgar necessário.
- d) Os documentos necessários para Credenciamento e habilitação poderão ser autenticados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio PREFERENCIALMENTE até 1 (um) dia útil ao ato de abertura do envelope de habilitação.
- e) Somente serão autenticadas as cópias mediante apresentação dos originais dos respectivos documentos, não sendo admitida como original a apresentação de cópia autenticada pelo cartório para suprir tal finalidade.
- f) As autenticações e reconhecimentos de firmas serão atendidas conforme disposto na Lei 13.726/2018.
- **7.3.** Os modelos anexados ao edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de impedimento, inabilitação ou desclassificação, a apresentação de declarações que sejam elaboradas de forma diferente e que contenham os elementos essenciais.
- **7.4.** As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos para habilitação na presente licitação ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão Inabilitadas.
- **7.5.** Os documentos exigidos e apresentados para habilitação, obtidos através de sites, poderão ter sua autenticidade verificada via internet, no momento da fase de habilitação.
 - 7.6.- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de **05 (Cinco) DIAS ÚTEIS**, contados da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, bem como emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 7.7.- A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Prefeitura Municipal de PASSAGEM/RN convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.
- **7.8.** As licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar, sob pena de inabilitação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

que esta apresente restrições.

CLÁUSULA OITAVA - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO PROCEDIMENTO

- **8.1** O julgamento das propostas far-se-á por critérios objetivos de "**MENOR PREÇO POR ITEM**", desde que sejam atendidos os requisitos estabelecidos neste Edital, sendo, portanto, desclassificadas pelo Pregoeiro as que estiverem em desacordo.
- **8.2** O Pregoeiro classificará, para fase de lances verbais, a proposta que oferecer o menor preçoe as propostas de valores de até **10%** (**DEZ POR CENTO**) superiores àquela de menor preço, desde que apresentadas em conformidade com o Edital.
- **8.3** Não havendo pelo menos **03** (**TRÊS**) propostas na condição definida no item anterior, O Pregoeiro classificará as **03** (**TRÊS**) melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, desde que compatíveis com os preços praticados no mercado.
- **8.4** Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será observado primeiramente o disposto no inciso II, do §2°., do art. 3°., da Lei n°. 8.666/93, e, caso permaneça o empate, será efetuado sorteio, durante a própria sessão pública, na presença dos licitantes interessados.
- 8.5 As licitantes com propostas classificadas para a fase de lances verbais serão convocadas para apresentação de LANCES SUCESSIVOS, EM VALORES DISTINTOS E DECRESCENTES EM RELAÇÃO AO MENOR LANCE OFERTADO. SERÁ OPORTUNIZADO AOS LICITANTES OFERTAREM UM ÚNICO LANCE DE MENOR VALOR, DESDE QUE O OBJETIVO SEJA UMA MELHOR CLASSIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO MENOR PREÇO (PARA REGISTRAR UM PREÇO MENOR).
- **8.6** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.
- **8.7** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- **8.8** Após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até **5%** (**CINCO POR CENTO**) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (CINCO) MINUTOS** após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.
- **b)** Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- d) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

nova proposta no prazo máximo de **5** (**CINCO**) **MINUTOS** após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

- e) O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **8.9** Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- **8.10** A proposta ou lance que apresentar valor simbólico, irrisório ou igual à zero será desclassificada.
- **8.11** O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente pela sua aceitabilidade em conformidade com os termos do Edital. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva, sendo as ofertas ordenadas pelo critério de menor preço.
- 8.12 Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital.
- **8.13** Constatado o atendimento pleno da proposta e da habilitação com os termos editalícios, será declarado vencedor, sendo-lhe em seguida adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta, caso não haja apresentação de recurso ao julgamento do Pregoeiro.
- **8.14** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, O Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.
- **8.15** O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um preço melhor.
- **8.16** Ao término da reunião lavrar-se-á ata da reunião, onde serão registradas todas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e os representantes das licitantes.

8.17 - A AUSÊNCIA DO LICITANTE, QUANDO DA LAVRATURA DA ATA, AO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA, IMPLICARÁ NA PRECLUSÃO DO DIREITO A RECURSO E NA SUBMISSÃO AO DISPOSTO NA ATA.

- **8.18** Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes proposta de preço e habilitação em um único momento, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.
- **8.19** A interrupção dos trabalhos de que trata o item anterior somente dar-se-á, em qualquer hipótese, antes ou após a etapa competitiva de lances verbais.
- **8.20** Os envelopes não abertos serão obrigatoriamente rubricados no fecho, pelo Pregoeiro e pelos representantes legais das licitantes presentes e ficarão sob a guarda do Pregoeiro até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.
- **8.21** Qualquer reclamação deverá ser feita durante a reunião pelos representantes legais das licitantes presentes, mediante registro na ata respectiva.
- **8.22** Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão deste Pregão.



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

8.23- A abertura dos envelopes de proposta de preço e habilitação será realizada sempre em sessão pública, devendo O Pregoeiro elaborar a ata da reunião, que deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio, e pelos representantes das licitantes presentes a sessão.

8.24 – Caso Pregoeiro julgue necessário o licitante vencedor deverá no prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar ao Pregoeiro, uma nova proposta após os Lances, para anexar aos autos.

CLÁUSULA NONA - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **9.1** O Pregoeiro, caso não haja recurso ao julgamento do certame, adjudicará o objeto ao vencedor cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração pública.
- **9.2** Concluídos os trabalhos, O Pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para expedição e publicação do ato homologatório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO RECURSO

- **10.1** Até **02** (**DOIS**) **DIAS ÚTEIS** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. Caberá O Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de **24** (**VINTE E QUATRO**) **HORAS**. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- **10.2** Todos os recursos, impugnações, bem como os pedidos de esclarecimentos deveram ser Protocolados no endereço da CPL, Situada a rua Senador Dinarte Mariz, n°228, Centro, Passagem-RN, por qualquer membro da CPL, Equipe de Pregão ou Servidor responsável pelo setor.
- 10.3 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer com o devido registro em ata da síntese de suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 03 (TRÊS) DIAS para apresentação formal das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **10.4** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5 Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.
- **10.6** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- **10.7** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, haverá a adjudicação do objeto ao licitante vencedor do certame e, em conseqüência, homologação a presente licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PREÇOS

- **11.1** Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços com o(s) primeiro(s) classificado(s).
- **11.2** —A Prefeitura Municipal de PASSAGEM/RN convocará os fornecedores a serem registrados, que terão prazo de até **05** (**cinco**) **DIAS** ÚTEIS, contados da convocação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços.



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, N° 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

- 11.3 O prazo de convocação do fornecedor poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Passagem/RN.
- **11.4** Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, bem como para as aquisições dela resultante, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação de acordo com inciso XIII, art. 55 da Lei nº. 8.666/93. Bem como as Disposições do Decerto Municipal 008/2021 GP.
- 11.5 No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital, será registrado os demais licitantes, mantido a ordem de classificação.
- **11.6** A partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, a licitante se obriga a cumprir, na sua integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
- **11.7** Ata de Registro de Preços terá **VALIDADE DE 12** (**DOZE**) **MESES**, contada da assinatura, computado neste prazo de validade as eventuais prorrogações.
- **11.8** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência na prestação de serviços em igualdade de condições.
- **11.9** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- a) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço.
- **b**) O fornecedor que não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- c) Por presentes razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.
- d) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório.
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos da Lei nº. 8.666/93.
- **f**) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior.
- g) For impedido de licitar e contratar com a Administração.
- 11.10- A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:
- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.
- **11.11** O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTRATO



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

- **12.1.** O contrato decorrente desta licitação bem assim os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma dosarts. 54 e 55, da Lei nº. 8.666/93.
- **12.2.** Quando da requisição dos serviços licitados, a PMP/RN convocará oficialmente o primeiro colocado no certame para no prazo máximo de até **5 (cinco) DIAS ÚTEIS**, retirar a **Nota de Empenho** e/ou assinar o **respectivo contrato (ou instrumento equivalente)**, na sede da Prefeitura Municipal, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste **Edital**.
- 12.3. É facultado a PMP/RN, quando o primeiro licitante convocado não retirar a Nota de Empenho e nem assinar o respectivo contrato, no prazo e condições estabelecidos no subitem 12.2, deste Edital, chamar o segundo colocado para fazê-lo em igual prazo, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 12.4. Retirada à nota de empenho e assinado o respectivo contrato ou a Ordem de COMPRA/SERVIÇO, ou ainda, instrumento equivalente, a licitante contratada terá, após a ordem de compra, que deverá ser feita pela PMP/RN, iniciar/entregar os serviços noprazo de até 5 (cinco) DIAS ÚTEIS.
- 12.5. Se, após o **início do serviços**, constatar-se que a entrega esta sendo realizada em desacordo com a correspondente proposta de preços, fora das especificações fixadas, depois da licitante contratada ter sido regularmente notificado, este terá o prazo de mais **03 (TRES) DIAS ÚTEIS** para corrigir as falhas ou omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO DO

- **13.1** A rescisão do contrato ocorrerá de pleno direito, a critério da Prefeitura Municipal de PASSAGEM, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei n°.8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos arts. 77 e 78 da referida lei, e, quando a licitante vencedora:
- a) Atrasar injustificadamente o início da prestação de serviços objeto deste Edital.
- **b)** Falir ou dissolver-se.
- c) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem a expressa anuência da Prefeitura Municipal de Passagem/RN.
- **13.2** O prazo de iniciar/entregar os serviços será de no máximo **5** (**cinco**) **DIAS ÚTEIS**, contados a partir da data de entrega da Ordem de compra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO

14.1 - As despesas decorrentes deste certame correrão por conta dos recursos do Orçamento Geral do Município

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PAGAMENTO

15.1 – todos os pagamentos referentes a presente licitação obedecerão ao disposto na Resolução nº 032, de 01 de novembro de 2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de



CNPJ: 08.145.153/0001-39

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

- **15.2** A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do registrado na Ata de Registro de Preços. No corpo da Nota Fiscal/Fatura a Adjudicatária deverá constar OBRIGATORIAMENTE o número da licitação no qual saiu vencedora.
- **15.3** A Prefeitura Municipal de Passagem/RN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital.
- 15.4 É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade do FGTS CRF), com o Instituto Nacional do Seguro Social (Certidão Negativa de Débito INSS), com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos TRIBUTOS FEDERAIS e à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO), Estadual (Certidão Negativa de DÉBITO DO ESTADO e quanto à DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, Municipal (Certidão Negativa de DÉBITO DO MUNICÍPIO) e Trabalhista (Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES

- **16.1** Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal Passagem/RN, pelo prazo de até **05** (**CINCO**) **ANOS**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:
- a) Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
- **b**) Não retirar assinar o contrato e não retirara ordem de serviços, quando convocada dentro do prazo de vigência Ata de Registro de Preços.
- c) Apresentar documentação falsa.
- **d)** Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame.
- e) Ensejar o retardamento, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida.
- f) Não mantiver a proposta.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- **16.2** O disposto no item anterior não se aplica às licitantes que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.
- 16.3 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante vencedor à multa de mora de 0,2% (DOIS DÉCIMOS POR CENTO) por dia de atraso, até o máximo de 5% (CINCO POR CENTO), sobre o valor dos serviços não executados.
- **16.4** − A multa a que se refere esta cláusula será descontada do pagamento eventualmente devido pela Prefeitura Municipal de Passagem/RN ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
- **16.5** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de Passagem/RN poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

- a) Advertência.
- **b)** Multa no percentual de **10%** (**DEZ POR CENTO**), calculada sobre o valor dos serviços não executados.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, por prazo não superior a **02 (DOIS) ANOS**.
- **d**) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de **05** (**CINCO**) **DIAS ÚTEIS**.

Parágrafo Único - A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**.

- **16.6** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do **ITEM 16.5**, poderão ser aplicadas conjuntamente com alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de **05** (**CINCO**) **DIAS ÚTEIS**.
- **16.7** Ocorrendo à inexecução de que trata o **ITEM 16.5**, reserva-se a Prefeitura Municipal de PASSAGEM/RN o direito de optar pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, ao Prefeito Municipal, para as providências cabíveis.
- **16.8** A segunda adjudicatária, ocorrendo à hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.
- **16.9** A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **17.1** A critério do Prefeito Municipal a presente licitação poderá ser:
- a) Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;
- **b**) Revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- **c**) Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 17.2 A anulação do procedimento licitatório induz à da contratação.
- **17.3** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, apontando as falhas ou irregularidades que o viciarem, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a entrega dos envelopes, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 17.4 A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.

- **17.5** Na contagem dos prazos deste Edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando-se o expediente normal deste Órgão, no horário de 08:00hs às 13:00hs (segunda a sextafeira).
- 17.6 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste Pregão na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o 1°. (primeiro) dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.
- **17.7** O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e na proposta de preço, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- **17.8** Maiores esclarecimentos ou quaisquer outras informações suplementares com relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital serão dirimidas pelo Pregoeiro, por meio de ofício, correio eletrônico cplpassagemrn@gmail.com ou na Sede da Prefeitura Municipal de PASSAGEM-RN, de 08:00hs às 13:00hs (de segunda a sexta-feira).
- **17.9** Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação vigente, em especial a Lei nº. 10.520/02, o Decreto Municipal 008/2021 e subsidiariamente as normas constantes na Lei nº. 8.666/93, com as devidas alterações.

PASSAGEM-RN, 04 de Maio de 2022

DIKSON MESGRAEL BEZERRA JUNIOR PREFEITO MUNICIPAL



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de água potável para consumo humano por intermédio de caminhão pipa com capacidade de no mínimo 10m³ (dez metros cúbicos) com operador, para atender as demandas do município de Passagem/RN

2 **JUSTIFICATIVA**

2.1 Visando a compra mais vantajosa, assegurada a qualidade, dos serviços ofertados, a fim de atender as demandas operacionais, concernente ao bom andamento da Administração Municipal. A contratação justifica-se para abastecer comunidades, escolas e órgãos da administração pública no município de Passagem/RN, com água potável devido à intermitência na distribuição de água. Deverá diariamente estar funcionando de forma regular para o atendimento das necessidades da nossa população.

4. CRITÉRIO DE SELEÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.

4.1. DETALHAMENTO DO OBJETO:

Item	DESCRIÇÃO	UND
01	Prestação de serviço de transporte de água potável para consumo humano por intermédio de caminhão pipa com capacidade de no mínimo 10m³ (dez metros cúbicos), sendo com operador, manutenção das avarias e combustível por conta da contratada	4.000

- 4.2 Na modalidade pregão, o orçamento estimado não constitui elemento obrigatório do edital, contudo, deve estar inserido no processo relativo ao certame, bem como ser informado no ato convocatório os meios para obtenção desse orçamento. Acórdão nº 1513/2013 Plenário TCU.
- 4.2.1 Não é obrigatório que o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários seja parte integrante do edital do pregão, mas o ato convocatório deve conter informações para obter tal orçamento.Acórdão nº 2816/2009 Plenário TCU.
- 4.2.2 Nas licitações sob a modalidade pregão, é obrigatória a inclusão do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários no processo administrativo que fundamenta a licitação, facultando-se ao gestor, caso julgue conveniente, incluir referido orçamento como anexo ao edital. Acórdão nº 5263/2009 Segunda Câmara TCU.
- 4.3 visando o princípio da ecnonomicidade , o orçamento será sigiloso, uma vez que a administração pode vir a ter uma compra mais vantajosa.

5-DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

- **5.2** Custear todas as despesas decorrentes da prestação do serviço, arcando com todos os tributos, taxas e licenças municipais, estaduais e federais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre as mesmas, bem como todas as despesas gerais, diretas ou indiretas.
- **5.3** Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma.
- **5.4** Aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pelo gerenciamento.
- **5.5** Responsabilizar-se pelo transporte do objeto, de seu estabelecimento até o local destino de entrega (**no município de Passagem-RN**) as multas, indenizações ou despesas impostas ao Município por autoridade competente, em decorrência do descumprimento do contrato, de lei ou regulamento aplicável à espécie, por parte da Contratada.
- 5.6. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas,



CNPJ: 08.145.153/0001-39

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município.

- 5.7 Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Município ou a terceiros.
- 5.8 Manter rigoroso controle de qualidade sobre os itens fornecidos e, no caso de constatação de culpa, a CONTRATADA responderá civilmente por perdas e danos junto ao município ou terceiros prejudicados, sem prejuízo das sanções criminais pertinentes.
- 5.9 Fornecer os produtos, objeto deste contrato, em sintonia com ao Município e/ou seu representante, indicado pela secretaria de Administração, acatando sugestões, normas e orientações que possibilitem maior qualidade aocontrato.
- 5.10 Comunicar ao Município a qualquer tempo, toda anormalidade, prestando os esclarecimentos pertinentes e providenciando a devida correção;
- 5.11 Não transferir a outrem, o objeto da presente licitação.
- a) Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- b) O prazo de prestação dos serviços contratados é de 01 (um) ano, contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal de 60 (sessenta) meses;
- c) O atendimento será imediato após a entrega da relação de endereços para distribuição de água, à CONTRATADA;
- d) A CONTRATADA fará a distribuição da água sempre que solicitado pela CONTRATANTE, através de relação de endereços, encaminhada pelo setor competente;
- e) Os carros pipas serão abastecidos nas instalações dos micro sistema de abastecimento de água;
- f) Relação das Gerências da Capital e do Interior que serão atendidas pelos carros pipas

6. FISCALIZAÇÃO:

6.1 A execução do objeto será fiscalizada e gerenciada pelo (a) empregado (a) nomeado pelo ordenador de despesas, conforme o art. 67 da Lei nº 8.666/93, com autoridade para exercer, em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização do serviço contratado.

7 DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGENCIA:

7.1 período de vigência da ATA de Registro de preço/contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado o contrato conforme art. 57, inciso II, por se tratar de um serviço continuo ou ser rescindido na forma da Lei N.º 8.666/93 e alterações posteriores.

8 – FORMA DE PAGAMENTO:

- 8.1 O pagamento será efetuado após a formalização e apresentação da seguinte documentação: Nota fiscal/fatura discriminativa (em duas vias) correspondente, devidamente atestadas pelo setorcompetente.
- 8.2Todos os pagamentos referentes a presente licitação obedecerão ao disposto na Resolução nº 032, de 01 de novembro de 2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências
- 8.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens conforme estabelecido na ordem de compra ou nota de empenho.
- 8.4 As Notas fiscais deverão ser emitidas após a emissão do emprenho.



CNPJ: 08.145.153/0001-39

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

- 8.5 Não haverá por hipótese alguma, antecipação de pagamento.
 - 8.6. Todos os pagamentos deverão ser efetuados à CONTRATADA mediante crédito em conta corrente, afim de facilitar os pagamentos.

9 – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

9.1 Por se tratar de uma Intenção de registro de preços a dotação orçamentaria e créditos orçamentários ficam dispensados, devendo serem informados no momento da formalização do contrato ou na emissão da nota de empenho.

10 – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL:

- 10.1. Fica assegurada e empresa contratada o reajustamento dos preços desde que consiga comprovar atraves de pedido formalizado e documentação necessária que faz jus ao reequilíbrio econômico financeiro.
- 10.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE Decorrente da celebração deste Contrato Administrativo, a CONTRATANTE se obriga a:
- 10.2 Emitir a respectiva Ordem de Serviço;
- 10.3 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de conformidade com o objeto contratado;
- 10.4 Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega do produto, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com as especificações exigidas;
- 10.5 Notificar por escrito a CONTRATADA para a substituição dos equipamentos e quaisquer irregularidades encontradas na execução da prestação de serviços quando estes não se encontrarem dentro das especificações técnicas;
- 10.6 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com os serviços efetivamente realizados na forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- 10.7 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o transporte e distribuição de água;
- 10.8 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 10.9 Aplicar sanções administrativas e demais cominações legais, pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 10.10 Repassar à CONTRATADA a relação dos imóveis a serem abastecidos via e-mail, fax ou telefone, constando matrícula, nome do cliente e endereço até as 18:00 horas do dia anterior ao abastecimento;
- 11 Apresentar, sempre que necessária análise físico-química e bacteriológica de amostra obtida na fonte de fornecimento da água e na carga (carro pipa) para controle da qualidade do produto, de acordo com a Portaria 2.914, de 12/12/2011, do Ministério da Saúde.
- 12 -OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA Dentre outras atribuições decorrentes da celebração deste Contrato Administrativo para a execução dos serviços em epígrafe, a CONTRATADA se obriga a:
- a) O oferecer produto de primeira qualidade, originário de fonte inspeciona da e autorizada pela Vigilância Sanitária;
- b) Distribuir água potável a população no dia seguinte, contados do recebimento da relação de endereços, entregue pela CONTRATANTE;
- c) Garantir que tanques, válvulas e equipamentos dos veículos transportadores sejam apropriados e de uso exclusivo para o armazenamento e transporte de água potável;
- d) Garantir que o veículo utilizado para fornecimento de água contenha, de forma visível, a inscrição "ÁGUA POTÁVEL" e os dados de endereço e telefone para contato;
- e) Designar preposto para resolver todos os assuntos relativos à execução dos serviços objeto desta



CNPJ: 08.145.153/0001-39

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

contratação, indicando seus endereços, físico e eletrônico (e-mail), telefone

- f) Comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
- g) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- h) Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços contratados.
- J) O caminhão pipa deverá estar em dias com as leis de trânsito e as normas do CONTRAM e, o condutor do veiculo ter a Carteira Nacional de Habilitação CNH, categoria compatível com o porte do veículo;
- L) A CONTRATADA deverá devolver a relação dos endereços entregue pela CONTRATANTE, no dia seguinte da realização do abastecimento devidamente assinados pelos clientes abastecidos;
- M) Efetuar periodicamente a manutenção preventiva e corretiva do caminhão pipa, sob as suas expensas, substituição de peças desgastadas com uso normal e o saneamento de qualquer irregularidade no funcionamento dos mesmos;
- N) Nas eventuais paradas para revisões ou consertos de avarias, ou quando houver fato impeditivo (acidentes, quebra, manutenção periódica ou outros), o carro pipa será substituído por outro de idêntica especificação no prazo máximo de 24 horas contadas do recebimento de notificação da SEMOVI. O seu não cumprimento pela contratada sujeitará a penalidade previstas no item 14.1 do instrumento contratual.
- o) O carro pipa deverá estar em boas condições de conservação e manutenção, garantindo o uso exclusivo para fins específicos, devendo ser substituído por outro de igual capacidade, caso o equipamento apresente problemas, baixa produtividade e/ou rendimento na execução dos serviços, no prazo máximo de 24 horas contadas do recebimento da notificação na SEMOVI. O seu não cumprimento pela contratada sujeitará a penalidade lei 8.666/93
- p) Notificar por escrito, o CONTRATATANTE, no prazo de 24 horas, quando ocorrer suspensão total ou parcial dos serviços.
- s) Fornecer sempre no prazo legal, a documentação relativa ao licenciamento dos caminhões, quando este for renovado, sob pena do não recebimento dos dias em que o caminhão auto tanque estiver parado nas dependências da SEMOVI por falta de providência, incorrendo ainda na multa prevista no contrato.
- t) Substituir a critério da SEMOVI o carro pipa a qualquer tempo, caso fiquem total ou parcialmente fora de condições de uso, fraco desempenho devido a problemas mecânicos e elétricos, ou outros problemas de origem não diagnosticada que venham a prejudicar a produtividade do setor usuário.
- u) Quando da devolução de qualquer carro pipa pelos problemas indicados, a contratada deverá substituir por outro veículo no prazo máximo e improrrogável de 24 horas, contadas da comunicação por escrito da SEMOVI
- v) Relatar toda e qualquer irregularidade observada nos locais de execução dos serviços;
- w) Apresentar mensalmente à CONTRATANTE nota fiscal/fatura, especificando todo o serviço realizado no mês, e a relação dos abastecimentos;

13 DOS VEÍCULOS E TANQUES TRANSPORTADORES

- a) Caminhão pipa equipado com tanque(reservatório)fechado, com faces internas lisas e impermeáveis, protegidas contra produtos químicos usados na desinfecção de rotina, sem pontos de ferrugem, de uso exclusivo para o transporte de água potável;
- b) A parte externa devê estar sem perfurações se vazamentos, sem amassa dose pontos de ferrugem;
- c) A bertura para enchimento dotada de tampa hermeticamente fechada, com borracha de vedação e torneira (bocal) para a saída da água do tanque dotado de vedação que impeça a entrada de insetos, roedores e poeira;



CNPJ: 08.145.153/0001-39

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

- d) Conjunto moto bomba com capacidade suficiente para transportar a água para locais situados sem níveis superiores ao nível em que se encontrar o caminhão pipa;
- e) Mangueiras de captação e distribuição devem estar integras, sem furos ou emendas, devem ser guardadas suspensas e dotadas de proteção nas suas extremidades, estando o veículo parado ou em movimento;
- f) Identificação na carroceria do veículo com a inscrição ÁGUA POTÁVEL, nome e endereço da empresa, e a capacidade de armazenamento do tanque;
- g) Sistema de drenagem, destinado ao descarte de água resultante de lavagem e da desinfecção de rotina, dotado de vedação e fechamento;
- h) Documento comprobatório da limpeza e desinfecção do tanque do caminhão-pipa e seu prazo de validade, conforme letra "n";
- i)Os tanques de armazenamento de água dos carros pipas deverão ser de material resistente, anticorrosivo, não tóxico, com material em aço inox, fibra de vidro ou aço-carbono com revestimento interno em tinta Époxi atóxica, e que não altere as características organo lépticas, físicas e microbiológicas da água e de uso exclusivo;
- j)Os tanques dos caminhões-pipa deverão ser limpos e desinfectados sempre que houver eventos que possam representar risco de contaminação da água e, obrigatoriamente, a cada seis meses;
- l) A empresa de transporte e distribuição deverá manter à disposição das autoridades sanitárias os dados referentes à higienização de cada veículo, constando identificação do veículo, data de limpeza, produtos químicos utilizados e descrição sobre as condições internas do tanque de armazenamento;

TEREZA CRISTINA CHAVES DA SILVA CPF: 443.627.814-04 SECRETÁRIO DE AGRICULTURA



CNPJ: 08.145.153/0001-39

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

PREGÃO PRESENCIAL Nº. xx/2021- PMP/RN ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP

(nome da empresa)	, portador(a) da
() para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.52 habilitação constantes no Edital do Pregão Presencial Nº. 2	• 1 1 1
() deter a condição de microempresa, empresa de pequeno nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06 e que estabelecido na referida Lei	
Local e data,	
carimbo (ou nome legi	(vel) e assinatura do Representante legal



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

PREGÃO PRESENCIAL N°. xxx/2021– PMP/RN ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DETRABALHO DE MENOR

(nome da empresa)	, inscrito(a) no CNPJ n° , por intermédio de seu representante legal
o(a) Sr(a) Carteira de Identidade no e do CPF no disposto	, portador(a) da, DECLARA , para fins do
no item inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/93, que não noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de	1 0
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na o	condição de aprendiz () .
Local e data,	
carimbo (ou nome l	egível) e assinatura do Representante legal



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, N° 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

PREGÃO PRESENCIAL Nº. xxx/2021– PMP/RN ANEXO IV - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

	Senhor Pregoein	o,					
partici	pação do presente os objeto deste ato	, abaixo a pregão, propõe a P convocatório, de a	refeitura Mun	icipal de PA	SSAGEM/R	N, a prestaçã	ão de
IT E M		DESCRIÇ ÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VA OR TOT L R\$
	nde da proposta: 60 Declaramos que	proposta: R\$ (sessenta) dias e estamos de acordo de nos preços propos	com os termo	s do edital e			
	ções, entre outros.	Loc	cal e data,				



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO

O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE xxxxxxxxxx, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na RUA xxxxxxxxxxxx, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 08.145.153/0001-39, representado pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxx, PREFEITO MUNICIPAL, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXXXX, residente na Rua XXXXXXXXXXXXXX e de outro lado a firma XXX., inscrita no CNPJ (MF) sob o nº , estabelecida à , doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) , residente na , , portador do(a) CPF , tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão nº XXX/2021 PP-SRP e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas que se seguem

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de......, especificado(s) no(s) item(ns)........ do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº/21, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPR	ESA:				
CNPJ:					
ENDE	REÇO:				
REPRI	SENTANTE:				
E-MAI	L:	T	EL.: ()		
ITEN S	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	,VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
VALO	R TOTAL:	•		•	

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- **3.1.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 008/2021
 - **3.1.1.** A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública.
- **3.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



CNPJ: 08.145.153/0001-39

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

- **3.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a CEM por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- **3.4.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
 - **3.4.1.** Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 P).
- **3.5.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- **3.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
 - **3.6.1.** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. VALIDADE DA ATA.

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO.

- **5.1.** A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- **5.2.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- **5.3.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- **5.4.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 - **5.4.1.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- **5.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - **5.5.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de



CNPJ: 08.145.153/0001-39

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

- **5.5.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- **5.6.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O REGISTRO DO FORNECEDOR SERÁ CANCELADO QUANDO:

- **5.7.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- **5.7.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- **5.7.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- **5.7.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- **5.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- **5.9.** O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:
 - **5.9.1.** Por razão de interesse público; ou
 - **5.9.2.** A pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES.

- **6.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- **6.2.** É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5°, inciso X, do Decreto n° 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6°, Parágrafo único, do Decreto n° 7.892/2013).
- **6.3.** O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDICÕES GERAIS.

- **7.1.** As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o



CNPJ: 08.145.153/0001-39 RUA SENADOR DINARTE MARIZ, N° 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Precos, nos termos do art. 11, 84º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, lepois de
ida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.
XXXXXXXXXXXXXXX, de
de 2021.
Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

PREGÃO PRESENCIAL N°. XXX/2021- PMP/RN ANEXO VI- MODELO DE DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO.

A empresa	, com sede na rua , inscrita no
CNPJ sob n°.	, DECLARA , sob as penas da lei, que não está impedida de participar
de licitações promovidas pe	a Prefeitura Municipal de Passagem/RN e nem foi declarada inidônea para
licitar, inexistindo até a prese da obrigatoriedade de decla	nte data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, ciente ar ocorrências posteriores.
	Local e data,
	carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal



CNPJ: 08.145.153/0001-39

RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº_/21_

			QUE FA	O DE CONTRATO DE AZEM ENTRE SI O(A) SSA)		
					•		
rgão) contra	tante), c	om sede no(a)		,	na cidade	de
stado , in MUNI CPF n sob o	scrito(a) no CNPJ ICIPAL, Sr o, doravante	sob o nº portador(a	a) da Car TRATA	neste ato repreteira de Identidade nº NTE, e o(a)	esentado(a) , e) pelo PREF expedida pela (rito(a) no CNF	EITO o), e
roces no 10.3 no 7.89	FRATADA, neste a, expedida pel sso nº	to representada pe la (o), e e em observânci de 2002 e na Lei nº de 2013, resolvem	lo(a) Sr. CPF n°. a às disp 8.078, de celebrar	, em, portador, tendo osições da Lei nº 8.666, de 1990 - Código de Defero presente Termo de Cor xx/2021, mediante as cl	r(a) da Ca em vista de 21 de ju sa do Cons ntrato, deco	orteira de Ident o que cons inho de 1993, o sumidor, do Do orrente do Pres	ta no da Lei ecreto gão nº
CLÁU OBJE	USULA PRIMEIR TO.	A –					
				prestação de serviço o de Referência, anexo de		, con	forme
1.2. E	ste Termo de Con	trato vincula-se ac	Edital	do Pregão, identificado	no preân	nbulo e à pro	posta

1.3. Discriminação do objeto:

vencedora, independentemente de transcrição.

EMPR	ESA:				
CNPJ:					
ENDE	REÇO:				
REPRI	ESENTANTE:				
E-MAI	L:	TEL.	:()		
ITEN S	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRI	VALOR TOTAL
~				0	
VALO	R TOTAL:				



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.
1.4. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de//e encerramento em//,.
CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.
1.5. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ().

1.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do

objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO

ORÇAMENTÁRIA.

1.7. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Municipio, para o exercício de 20, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: Fonte:

Programa de Trabalho: Elemento de Despesa: PI:

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

- **1.8.** O pagamento será efetuado após a formalização e apresentação da seguinte documentação: Nota fiscal/fatura discriminativa (em duas vias) correspondente, devidamente atestadas pelo setorcompetente.
- **1.9.** Todos os pagamentos referentes a presente licitação obedecerão ao disposto na Resolução nº 032, de 01 de novembro de 2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências
- **1.10.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens conforme estabelecido na ordem de compra ou nota de empenho.
- **1.11.** As Notas fiscais deverão ser emitidas após a emissão do emprenho.
- **1.12.** Não haverá por hipótese alguma, antecipação de pagamento.
- **1.13.** Todos os pagamentos deverão ser efetuados à CONTRATADA mediante crédito em conta corrente, a fim de facilitar os pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA -REAJUSTAMENTO EM GERAL

1.14. Fica assegurada e empresa contratada o reajustamento dos preços desde que consiga comprovar atraves de pedido formalizado e documentação necessária que faz jus ao reequilíbrio econômico financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA -GARANTIA DE EXECUÇÃO.

1.15. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

1.16. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLAÚSULA NONA -FISCALIZAÇÃO.

1.17. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA –OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

1.18. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- **1.19.** As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.20. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA RESCISÃO.
- 1.21. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:
 - **1.21.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
 - **1.21.2.** Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.
- **1.22.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- **1.23.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **1.24.** O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:
 - **1.24.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - **1.24.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - **1.24.3.** Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES.

- 1.25. É VEDADO À CONTRATADA:
 - **1.25.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

1.25.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA -ALTERAÇÕES.

- **1.26.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **1.27.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- **1.28.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

- **1.29.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor
- e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA -PUBLICAÇÃO.

- **1.30.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Municipio FEMURN, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –FORO.
- **1.31.** É eleito o Foro da Comarca de PASSAGEM/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2° da Lei n° 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

	XXXXXXX/UF, de 21	de	•••••
Responsável legal da	CONTRATANTE		
Responsável legal da	a CONTRATADA		



RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

PREGÃO PRESENCIAL Nº. XXX/2021- PMP/RN ANEXO VIII- MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

A empresa	, com sede na rua	, inscrita no CNPJ sob n°.
	_, atraves de seu representante legal, Declara para os	
familiar ou pare	entesco consangüíneo, em linha reta ou colateral ou	a por afinidade, até o terceiro grau,
inclusive com P	refeito, a Vice-Prefeitura, o Procurador Geral do Mu	micípio, os Secretários Municipais, o
Presidente da Câ	marae demais vereadores, os Presidentes ou Dirigentes	s de Autarquias, Institutos, Agências,
ocupantes de ca	ras, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públ argos de direção, chefia ou assessoramento, RELA	CIONADOS AO MUNICIPIO DE
	N. Declaro ainda, que as informações prestade pelo seu interior teor, sob as penas da Lei.	as são verdadeiras, assumindo a
	Local e data,	
	carimbo (ou nome legível) e as	sinatura do Representante legal